

Ata da 241ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 10 a 13 de junho de 2021, Gestão 2020-2023 –  
*Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.*

1 Nos dias dez a treze de junho de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de  
2 videoconferência (Plataforma *Teams*), as conselheiras constantes da lista de presença em termo  
3 próprio, para participarem da 241ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, conforme  
4 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 19/21, de 24 de maio de 2021.  
5 Estiveram presentes em todos os dias e horários à reunião as(o) seguintes conselheiras(o): Maria  
6 Elizabeth Santana Borges (Conselheira Presidente); Maria Rocha (Conselheira Vice-  
7 presidente); Dácia Cristina Teles Costa (Conselheira 1ª Secretária); Kelly Melatti (Conselheira  
8 1ª Tesoureira); Francielli Borsato (Conselheira 2ª Tesoureira); Lylia Rojas (Conselheira  
9 membra do Conselho Fiscal); Alessandra Dias (Conselheira membra do Conselho Fiscal);  
10 Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla Pereira (Conselheira 2ª Suplente); Mauricléia  
11 Soares dos Santos (Conselheira 3ª Suplente); Emily Tenório (Conselheira 6ª Suplente); Ruth  
12 Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); e Eunice Damasceno (Conselheira 8ª Suplente). Das  
13 ausências previamente justificadas, registra-se que não participaram do Pleno as conselheiras  
14 Daniela Möller (Conselheira 2ª Secretária), Priscilla Cordeiro (Conselheira membra do  
15 Conselho Fiscal); e Dilma Franklin (Conselheira 5ª Suplente) por motivos de saúde. A  
16 conselheira Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente) ingressou após o início da sessão do  
17 dia 10/06 por estar em representação externa do Cfess sem prejuízo de sua participação nos  
18 demais momentos, do mesmo modo, a conselheira Eunice se ausentou no dia 11/06 devido a  
19 compromisso no trabalho. Cumpre informar que o conselheiro Agnaldo Knevitiz (Conselheiro  
20 4ª Suplente) está licenciado no período de 24 de maio a 21 de setembro de 2021. Participaram  
21 do encontro de modo alternado, conforme as pautas tratadas: assessorias especiais Adriane  
22 Tomazelli, Cristina Abreu e Zenite Boga; assessorias jurídicas Érika Medeiros e Sylvia Terra;  
23 assessoria de comunicação: Rafael Werkema; Jornalista: Diogo Adjuto; e a trabalhadora Sandra  
24 Sampe. **No dia dez de junho, a partir das dezenove horas e quinze minutos (19h15min)**, a  
25 Presidenta Beth Borges iniciou o Pleno cumprimentando a todas as pessoas presentes, fala da  
26 necessidade de ser objetivar devido a extensão da pauta. Logo após, submeteu a pauta para  
27 apreciação do Colegiado que a aprovou conforme anexo, com a inclusão dos seguintes pontos:  
28 discussão sobre a Plenária Nacional e ressarcimento no item da Diretoria Executiva;  
29 desforamentos de processos éticos em relação à 21ª Região/MS, na Comissão de Ética e  
30 Direitos Humanos (CEDH); informações sobre convite da Frente Telessaude, na Comissão de  
31 Seguridade Social; apreciação da ata da 240ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS  
32 realizada em abril de 2021. Seguiu-se o ponto de informes. O informe sobre o Fórum de  
33 Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão) foi apresentado pela  
34 conselheira Maria Elizabeth Santana Borges e pelo assessor jurídico Vitor Alencar, que  
35 relataram a participação em reunião que debateu a proposta de Emenda à Constituição - PEC  
36 108/2019, que determina o fim da obrigatoriedade de profissionais se inscreverem em conselhos  
37 de classe; a PEC 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e  
38 organização administrativa e discussões sobre o exercício profissional de não brasileiras/os,  
39 sendo formados Grupos de Trabalho (GT) para elaborar proposições sobre os temas. Os  
40 encaminhamentos são os seguintes: elaboração, publicação e envio aos Conselhos Regionais de  
41 Serviço Social (CRESS) e parlamentares de documento com posicionamento do Cfess sobre a  
42 PEC 108/2019; envio da síntese dos pareceres jurídicos do CFESS sobre a natureza jurídica dos  
43 conselhos aos CRESS; incidências junto a/aos deputadas/os Comissão de Constituição e Justiça  
44 (CCJ). O segundo informe versou sobre a participação do CFESS na reunião remota da Frente  
45 Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais, por meio da conselheira Maria Rocha. A

46 reunião tratou da PEC 108/2019 e estratégias de articulação política e de diálogo com a  
47 sociedade no sentido da defesa dos conselhos profissionais vinculados a interesses sociais. O  
48 ponto seguinte se referiu a organização sindical de assistentes sociais, sendo afirmada a  
49 compreensão sobre a importância de discutir a temática de modo a contemplar o debate  
50 histórico na década de 1980 e na atual conjuntura. Foi lembrada a decisão política do conjunto  
51 CFESS-CRESS de defesa da organização sindical por ramo de atividade. O encaminhamento  
52 foi de realização de discussão sobre o tema em reunião do conselho pleno, em data a ser  
53 definida, tendo como sugestão de convidadas Socorro Cabral e/ou Sonia Lucio Lima. O item  
54 posterior tratou de avaliação da discussão realizada com Ana Elisabeth Mota em reunião deste  
55 conselho, sendo apontada a relevância do debate realizado, com destaque para a explicitação  
56 de um panorama geral neste contexto de adversidades, os desafios do trabalho profissional nessa  
57 conjuntura, a sociabilidade de resistência no serviço social, o serviço social na pandemia, a  
58 importância de compreender o perfil das/os assistentes sociais e as novas requisições e a  
59 necessária inserção nas mobilizações em defesa de direitos da população que atendemos e das  
60 políticas sociais com as quais trabalhamos. Foi debatida especificamente a inserção do CFESS  
61 nos Atos em defesa de vacina para todas as pessoas, contra a Reforma Administrativa (PEC  
62 32/2020) e pelo Fora Bolsonaro. O encaminhamento foi a elaboração de material de  
63 comunicação convocando para os atos e a participação nos mesmos, tendo em vista a  
64 articulação das medidas governamentais regressivas com as questões concretas do exercício  
65 profissional de assistentes sociais e da vida da população usuária das políticas sociais que  
66 atendemos cotidianamente. **No dia 11 de junho de 2021, a partir de 14:02** teve início o  
67 segundo dia de reunião do conselho pleno. Foi debatido o item pautas urgentes, que  
68 compreendeu os limites da gestão virtual e encaminhamentos da reunião de 08 de maio de 2021  
69 sobre o planejamento e as prioridades da gestão. A apresentação da síntese das atividades  
70 previstas para 2021 e as prioridades foi realizada pela conselheira Maria Elizabeth Santana  
71 Borges, conforme registrado a seguir. Planejamento de ações prioritárias das seguintes  
72 comissões: Comissão de Ética e Direitos Humanos; Comissão de Orientação e Fiscalização;  
73 Comissão de Comunicação; Comissão de Formação Profissional e RI; Comissão  
74 Administrativo-Financeiro; Comissão de Seguridade Social Ampliada. Reflexões que  
75 referenciam a delimitação de prioridades: pensar o monitoramento a partir da avaliação dos  
76 resultados alcançados e da relação destes resultados com a entidades CFESS; identificar em  
77 que medida as deliberações concretizadas sob a forma de projetos e atividades; apresentar a  
78 totalidade dos objetivos, compromissos e tarefas da entidade, correlacionando-os com as  
79 condições concretas para a realização das atividades e ações planejadas; analisar a  
80 sustentabilidade e organicidade das suas funções. Atividades e projetos destacados pelas  
81 comissões: Atividades/Projetos iniciados: - Tema: Contra a Criminalização das mulheres e  
82 Relações de Gênero e Violência contra as mulheres. Encaminhamento: Reuniões com a Frente  
83 Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto; Intercomissões:  
84 CEDH; - Tema: Povos Originários: Dia do/a Assistente Social de 2021 e que pode ser estendida  
85 também para a questão das mulheres na campanha da gestão. Encaminhamento: Reuniões,  
86 lives, cards, etc; Intercomissões: CEDH e Comcom; -Tema: Debater com as/os assistentes  
87 sociais em seus espaços sócio-ocupacionais, sobre a questão do aborto, considerado questão de  
88 saúde pública, direito sexual e reprodutivo das mulheres e das pessoas que engravidam.  
89 Encaminhamento: Agendar reuniões; Intercomissões: Cofi, C.SSA, CEDH; - Tema:  
90 Produção de orientação sobre o teletrabalho e com relação ao uso da tecnologia da informação  
91 e comunicação (TIC). Encaminhamento: Elaboração do texto; Intercomissões: COFI, CEDH,  
92 CFP, CSSA e Cocom; - Tema: Debate sobre a concepção de responsabilidade técnica de  
93 assistentes sociais, com posterior construção de documento sobre o tema e aperfeiçoamento da  
94 Resolução vigente. Encaminhamento: Apresentar análise das legislações e concepção de

95 responsabilidade técnica; Intercomissões: Cofi e Adm-Fin; - Tema: Campanha de  
96 Gestão. Encaminhamento: Realizar reuniões. Intercomissões: Cocom; - Tema: Dia do/a  
97 Assistente Social. Encaminhamento: Concluído no mês de maio; Intercomissões: Cocom; -  
98 Tema: Encontros Descentralizados. Encaminhamento: Instituir a comissão organizadora  
99 para o Encontro Nacional; Intercomissões: Todas as comissões; - Tema: Defesa da Política de  
100 Educação e o Serviço Social na educação, bem como da Assistência Estudantil.  
101 Encaminhamento; Intercomissões: CSSA, CFP, Cofi, Cocom; - Tema: Defesa da Política de  
102 Criança e Adolescente e do Serviço Social nessa política. Encaminhamento: intercomissões:  
103 CSSA, Cocom; - Tema: Defesa do projeto ético-político e da Seguridade Social Ampliada.  
104 Encaminhamento: Realizar reuniões conjuntas. Intercomissões: CSSA, CFP, CEDH, Cofi,  
105 Cocom; - Tema: Relações interinstitucionais - Articulação com a ABEPSS. Encaminhamento:  
106 Dar continuidade as articulações Intercomissões: CFP, Cofi e CSSA; - Tema: Publicações de  
107 vários temas/assuntos demandados pelas comissões. Encaminhamento: socializar o  
108 planejamento e cronograma de publicações. Intercomissões: Cocom e demais comissões; -  
109 Tema: Projeto editorial da agenda 2022. Encaminhamento: Dar sequência ao cronograma da  
110 cocom. Intercomissões: Cocom; - Tema: 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.  
111 Encaminhamento: Preparar textos e arte gráfica para cobertura. Intercomissões: CSSA e  
112 Cocom; - Tema: Defesa da Formação e do Trabalho. Encaminhamento: dar continuidade às  
113 ações desenvolvidas. Intercomissões: CFP e Cofi e CSSA. - Tema: Atualizar e aprimorar as  
114 normativas internas do Conjunto Cfess-Cress. Encaminhamento: Realizar estudos sobre a  
115 Resolução CFESS n.º 446/2003 (Diárias) e sobre a Resolução 476/2005 (Fundo Nacional de  
116 Apoio aos CRESS, SECCIONAIS e CFESS). Comissão: C.Adm-Fin. - Tema: Padronização de  
117 Inscrição de pessoa física e jurídica. Encaminhamento: Retomar as reuniões do GT Nacional.  
118 Intercomissões: C.Adm-Fin, Cofi e CFP. - Tema: Articulações políticas internacionais do  
119 CFESS com os/as trabalhadores/as e suas representações. Encaminhamento: Dar continuidade  
120 às articulações. Intercomissões: CFP e RI; - Tema: Realizar avaliação nacional do sistema  
121 integrado de gestão administrativa do conjunto CFESS/CRESS. Encaminhamento: Dar  
122 prosseguimento as ações planejadas. Intercomissões: C.Adm-Fin e demais comissões; - Tema:  
123 Padronizar e aprimorar as iniciativas de transparência do Conjunto CFESS-CRESS.  
124 Encaminhamento: Concluir as adequações no Portal do CFESS e monitorar os portais dos  
125 Cress; Intercomissões: C.Adm-Fin e Cocom. - Tema: Avaliar e aprimorar, em conjunto com  
126 os Cress e Cfess o Processo Eleitoral On-line. Encaminhamento: Concluir eleições 2020/2023,  
127 dar sequência as reuniões (Estudo da legislação e análise dos relatórios produzidos no processo  
128 de 2020). Intercomissões: C.Adm-Fin; - Tema: Sustentabilidade financeira; - Tema: Implantar  
129 as adequações da LGPD para o Conjunto CFESS/CRESS. Encaminhamento: Concluir a  
130 contratação da consultoria por meio de licitação. Intercomissões: C.Adm-Fin; - Tema: A  
131 Instituir a Política de Diretrizes da Gestão Documental para o conjunto CFESS-CRESS.  
132 Encaminhamento: Dar prosseguimento às ações desenvolvidas. Intercomissões: C.Adm-Fin e  
133 Diretoria Executiva; - Tema: Gestão Administrativa e do Trabalho. Encaminhamento:  
134 Reorganizar o processo de trabalho e novos enquadramentos funcionais - contratação da  
135 consultoria. Intercomissões: CPT e Diretoria Executiva; -Tema: Manter e desenvolver as  
136 relações de trabalho. Encaminhamento: Conhecer e analisar o Acordo coletivo. Intercomissões:  
137 CPT e Diretoria Executiva; - Tema: Controle do Conjunto CFESS -CRESS. Encaminhamento:  
138 Editar a portaria e realizar a primeira reunião com a Comissão Especial. Intercomissões:  
139 Diretoria Executiva (tesouraria) e Conselho Fiscal. Atividades/Projetos previstos (não  
140 iniciados): Tema: Depoimento Especial e Escuta Especializada; Tema: Combate ao Preconceito  
141 e fomento à atuação profissional na luta antirracista (Quesito raça/cor). A Cedh definiu  
142 contratação de especialista, mas é necessária prévia conversa com os Regionais para debater o  
143 assunto antes de contratação e da elaboração de documento, pois precisa de um norte inicial;

144 Tema: Centralidade da Ética; Tema: População em situação de rua; Tema: Acessibilidade (não  
145 havia previsão, mas também possui ações vinculadas com outras comissões) – Atenção: estudo  
146 anuidade pessoas com deficiência prioridade; Tema: Migrantes e refugiados (ver com  
147 Alessandra); Tema: Geração, Pessoa Idosa (pouco material, consideramos prioritário) e com  
148 Deficiência; Tema: Capacitação das CPEs (toda a comissão); Tema: Aprimoramento e  
149 monitoramento das ações que envolvem denúncias, agravos, processos éticos e disciplinares  
150 e recursos; Tema: Estudos sobre novas configurações do trabalho, diante da tendência à  
151 “pejotização” por meio de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e outras  
152 modalidades; Tema: Trabalho profissional e Calamidade Pública (Projeto Aprimoramento das  
153 ações de fiscalização profissional); Tema: Implantação do Centro Digital de Identidade, Cultura  
154 e Memória da profissão e do Conjunto; Tema: Fortalecimento da Política Nacional de  
155 Comunicação Conjunto CFESS-CRESS; Tema: Comunicação como direito humano; Tema:  
156 Atualizar e aprimorar as normativas internas do Conjunto Cfess-Cress - Garantir espaço criança  
157 nos espaços deliberativos do Conjunto CFESS-CRESS e, na medida do possível, estender  
158 facultativamente a outros espaços das atividades do Conjunto; Tema: Normatizar as diretrizes  
159 gerais do plano de ação anual e relatórios de gestão, como desdobramento do planejamento  
160 estratégico; Tema: Cfess na Estrada (GT apresentará ao conselho pleno avaliação e nova  
161 proposta em julho de 2021); Elementos para reflexão: o grande projeto prioritário da área  
162 finalística será o “Defesa e valorização da profissão”: assegurar a defesa e a valorização da  
163 profissão quanto à ética profissional, direitos humanos, seguridade social, formação, orientação  
164 e fiscalização e a normatização do exercício profissional. No campo profissional, a entidade  
165 deve ser avaliada quanto a sua capacidade de resposta a demandas profissionais. Há de haver  
166 esforço em não fragmentar a compreensão da profissão, mas também demarcar o campo de  
167 atuação precíua. Conhecer a realidade do trabalho profissional é fundamental, com a  
168 contribuição de produções sobre a profissão e seus atuais dilemas ou respostas às demandas  
169 institucionais. O quadro sócio-histórico atravessa e conforma o cotidiano do exercício  
170 profissional, afeta as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional,  
171 assim como a vida dos (as) usuários (as) dos serviços sociais. A profissão responde por  
172 necessidades sócio-históricas, suas demandas se atualizam diante das metamorfoses do mundo  
173 do trabalho. Desde 2020, com a pandemia da Covid-19, o processo de entrada das Tecnologias  
174 da Informação e Comunicação (TICs) no trabalho profissional de assistentes sociais passa a nos  
175 desafiar, embora fosse algo que já estava sendo gradualmente proposto e incorporado. A  
176 introdução das TICs e dos meios remotos repercute nos processos de trabalho em que nos  
177 inserimos, na relação com outras profissões e trabalhadores/as, na relação com usuários/as e  
178 nas condições éticas e técnicas de trabalho. Quanto à supervisão de estágio, é importante  
179 provocar o debate a partir da dimensão político-pedagógica e crítica.  
180 É fato que o teletrabalho não se apresenta do mesmo modo em todos os espaços sócio-  
181 ocupacionais em que o Serviço Social está inserido, as principais demandas advêm dos  
182 Tribunais de Justiça (TJs), Ministério Público (MP), Defensorias Públicas, Instituto Nacional  
183 do Seguro Social (INSS) e educação. Na política de assistência social assegurar as condições  
184 de trabalho frente à precariedade e à fragilidade dos vínculos de trabalho decorrentes das  
185 contratações temporárias é um grande desafio. A precarização das relações de trabalho, tanto  
186 no tocante às formas de inserção quanto no próprio processo de trabalho (intensificação da  
187 jornada de trabalho e das formas de exploração). A atuação profissional não pode ser  
188 desvinculada da questão social e das políticas sociais, não podendo ser a-histórica e focalista.  
189 O trabalho de assistentes sociais, nos marcos do projeto ético-político profissional, exige o  
190 enfrentamento às dificuldades e tensões e o reconhecimento e análise do lugar de  
191 trabalhadoras/es, no contexto de pressões, assédios, embates, precarização do trabalho e  
192 aumento do desemprego. A afirmação e defesa da autonomia profissional pode ser estratégica

193 no enfrentamento da barbárie capitalista e, Como nos lembrou Brites (2020) [1], “há que se  
194 empreender necessário esforço para não se perder autonomia, para isto é preciso romper com o  
195 isolamento do trabalho cotidiano e buscar referenciais do coletivo profissional”. Do ponto de  
196 vista da dimensão administrativa e financeira, é princípio da Gestão a responsabilidade para  
197 com o uso dos recursos advindos da categoria profissional, por meio do pagamento da anuidade,  
198 para sustentação da entidade, que tem por finalidade normatizar e disciplinar as prerrogativas  
199 profissionais e a defesa da ética profissional. Neste sentido, organizar a gestão, ordenar  
200 despesas, manter e aprimorar a estrutura administrativa-financeira são tarefas que dão  
201 continuidade a agenda política do Conjunto CFESS/CRESS. Para tanto, o “diagnóstico” vem  
202 do funcionamento geral da Comissão Adm-Fin onde temos como prioridades: a relação com os  
203 Cress; a organização e acompanhamento dos Sistemas Integrados; expedição do Documento de  
204 Identidade Profissional - DIP; Sustentabilidade Financeira do Conjunto CFESS-CRESS,  
205 planejando o uso dos recursos advindos da anuidade e aprimorando os mecanismos de controle  
206 interno; planejamento e organização de documentos e arquivos.; aperfeiçoamento dos meios de  
207 acesso à informação e proteção de dados. Em relação a Governança, é preciso algumas ações  
208 imediatas para ter um patamar de serviços integrados. Aqui se aponta como prioridade o Projeto  
209 de Redesenho Institucional (licitação em curso), sob a coordenação da diretoria executiva e  
210 apoio da CPT. O quadro de pessoal deve ser ajustado; primeiro, ter uma coordenação gerencial  
211 da estrutura administrativa; o funcionamento da equipe deve ser interligado; algumas funções  
212 devem ser revistas, outras condensadas, outras ampliadas, outras extintas e outras criadas. É  
213 importante aprimorar constantemente o funcionamento geral da entidade e o fluxo de demandas  
214 entre conselheiras e equipes e entre as coordenações, estabelecer fluxos administrativos e da  
215 relação com as demandas, disciplinar a circulação de documentos e e-mails para melhor  
216 direcionamento de respostas. O encaminhamento foi a leitura, discussão e revisão do material  
217 pelas coordenações das comissões do conselho, com a avaliação dos temas transversais que  
218 precisam ser debatidos e operacionalizados intercomissões; Convocação para reunião  
219 extraordinária de conselho pleno no mês de julho, para tratar sobre o planejamento das ações  
220 do CFESS. Em seguida foram debatidas providencias imediatas de caráter organizativo, quais  
221 sejam: realização de levantamento das perguntas frequentes encaminhadas com frequência ao  
222 CFESS e formulação de respostas padrão para serem incluídas na sessão no site do Cfess:  
223 “Perguntas Frequentes”; aprimoramento da organização dos ofícios de respostas, suas  
224 assinaturas e trâmites; circulação de documentos pelo SISDOC; redimensionamento das  
225 funções de assessorias; encaminhar discussão de proposta de criação do núcleo jurídico.  
226 Seguiu-se o ponto de pauta sobre proposta de reunião geral com trabalhadores para consulta  
227 sobre a avaliação da gestão. A conselheira Maria Elizabeth Santana Borges apresentou informes  
228 da Diretoria Executiva e a conselheira Mauricleia Soares dos Santos colocou os informes sobre  
229 a CPT. Apontam que as diversas reuniões realizadas contribuíram para pensar e repensar os  
230 fluxos de trabalho e atribuições de trabalhadoras/es. Será realizada nova rodada de reuniões  
231 para avaliação do trabalho realizado, com o objetivo de avançar na indicação das lacunas;  
232 pontos fortes; natureza do trabalho, limites e possibilidades e propostas de mudanças. A  
233 deliberação foi a realização da reunião proposta com os /as trabalhadores/as, em julho de 2021,  
234 com a participação de toda gestão; envio de roteiro de avaliação, pela CPT, para subsidiar a  
235 reunião. O ponto da Comissão de Comunicação compreendeu discussões sobre os seguintes  
236 itens. A) Proposta de contratação de professora especialista em Comunicação no Serviço Social  
237 (a professora doutora Claudiana Tavares Sgorlon, da Universidade Estadual de Maringá), para  
238 apoio teórico-metodológico e operativo para realização e análise da pesquisa sobre a  
239 comunicação do CFESS, conforme deliberação do Tema 3, das novas propostas do eixo  
240 comunicação, aprovadas na Plenária Nacional CFESS-CRESS 2020. A deliberação do conselho  
241 pleno foi pela aprovação da contratação referida e adoção dos encaminhamentos

242 administrativos financeiros para a contratação, em conformidade com a legislação vigente. B)  
243 Proposta de contratação de profissional de comunicação, especialista em marketing digital e  
244 redes sociais, para suporte técnico e analítico à realização da pesquisa da comunicação do  
245 CFESS, conforme deliberação do Tema 3, das novas propostas do eixo comunicação, aprovadas  
246 na Plenária Nacional CFESS-CRESS 2020. Foi apresentada a indicação do profissional Marcos  
247 Paulo, que é analista de mídias sociais (social media) de outro conselho profissional (Conselho  
248 Federal de Psicologia) e especialista em marketing digital, com competência para fornecer  
249 contribuições técnicas da comunicação (ferramentas) para a realização da pesquisa e a  
250 elaboração de diagnóstico técnico das ações do conselho no ambiente virtual, possui  
251 comprovada experiência, com resultados expressivos no planejamento de conteúdo e  
252 engajamento gerado para a entidade, o que atesta sua qualificação técnica e aponta sua futura  
253 contribuição a esta entidade. O currículo do profissional inclui também experiências em  
254 campanhas eleitorais e órgãos públicos, espaços que requerem saber técnico qualificado. O  
255 profissional será contratado para fazer uma análise profunda das redes sociais do CFESS e  
256 deverá apresentar um relatório técnico e proposições. A deliberação do conselho pleno foi pela  
257 aprovação da contratação referida e adoção dos encaminhamentos administrativos financeiros  
258 para a contratação, em conformidade com a legislação vigente. C) Reunião da Campanha do  
259 triênio - tema: “mulheres: assistentes sociais contra o trabalho explorado, toda forma de  
260 opressão e em defesa da vida”. A Comissão de Campanha do CFESS propõe agendar primeira  
261 reunião: 17 de junho de 14h às 16h; avaliar necessidade de recomposição do GT; necessidade  
262 do debate com o coletivo da gestão para construir elementos concretos a respeito da direção e  
263 das linhas de pesquisa da campanha; necessidade de apontar alguns elementos/categorias para  
264 contribuir com a campanha: sexualidade, aborto, classe, raça/cor, território, violência  
265 doméstica, feminicídio, sexíssimo, abordar os corpos femininos, trabalho não reconhecido (seja  
266 o trabalho doméstico, seja a relação com informalidade); dialogar com mulheres que estão  
267 inseridas em movimentos de mulheres. A deliberação do conselho pleno foi pela incorporação  
268 do tema a Campanha de gestão como ponto de pauta permanente nas reuniões do Pleno;  
269 aprovação da conselheira da Dácia, para compor o GT sobre a Campanha do Triênio; **sugerir**  
270 nomes de convidadas para um debate sobre o tema na reunião do conselho pleno de julho de  
271 2021. D) Discussão e proposição de debates ao vivo – “lives”, com o objetivo de abordar  
272 assuntos relacionados a defesa do trabalho profissional, da profissão, das políticas sociais e  
273 direitos humanos na Pandemia. Foram propostos os temas: Serviço Social na Pandemia  
274 (Calamidade; profissão); A luta em defesa do SUAS e a Conferência Nacional; Serviço Social  
275 na Educação; O SUS é nosso! Vacina no Braço, Comida no prato!; Perfil das Assistentes  
276 Sociais; - Serviço Social no combate ao racismo é todo dia!; Mulheres, Raça e Classe; -  
277 Condições de trabalho de AS (Equipamento de Proteção Individual - EPI, Piso Salarial, Carga  
278 Horária de 30h, Concurso Público; Precarização do trabalho; Reforma Administrativa);  
279 Formação profissional de assistentes sociais; O Serviço Social no Mundo (RI). A deliberação  
280 do conselho pleno do CFESS foi pela realização dos debates ao vivo – “lives”; indicação das  
281 professoras Ana Elizabeth Mota e Maria Elizabeth Santana Borges como palestrantes no  
282 primeiro debate; elaboração de planejamento e calendário, contemplando articulação com os  
283 CRESS; elaborar materiais, como vídeos curtos, cards; consultar os Cress sobre o interesse em  
284 retransmitir os debates ao vivo - “lives”; apresentação de temas relacionados ao trabalho a ser  
285 realizada pela COFI na reunião do conselho pleno de julho de 2021. E) Avaliação das atividades  
286 de comemoração do dia da/o assistente social em 15 de maio de 2021. A avaliação foi de acerto  
287 sobre a escolha do tema, significativa mobilização dos CRESS, ressonância do tema nacional  
288 nas atividades realizadas nos estados, importância da visibilidade do tema para a categoria e  
289 potência da estratégia de debate ao vivo – “live” conjunta. Foi destacada a importância do papel  
290 da assessoria de comunicação, o trabalho envolvido e a retransmissão do debate ao vivo

291 “live” nacional pelos regionais, uma forma de construção coletiva que teve adesão e  
292 envolvimento dos regionais e nos dá uma nova dinâmica. Foi ponderado que teria importante  
293 ter uma representante de movimento indígena no debate. As atividades deste dia foram  
294 encerradas as 19:43. **No sábado, dia 12/06, o terceiro dia de reunião de Conselho Pleno foi**  
295 **iniciado às 09h15min** sendo coordenado pela manhã pela conselheira Mauricléia que informou  
296 que a pauta seria iniciada pela COMISSÃO DE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO. Foram  
297 discutidos os itens a seguir. A) GT Dip: emissão dos lotes e novas providências. Informado que o  
298 GT DIP tem envidado esforços para acabar com os passivos existentes, está sendo avaliada a  
299 descentralização dos procedimentos para confecção de DIP, estudada a possibilidade de  
300 instituir documento digital e de aporte financeiro do CFESS aos CRESS para efetivar esse  
301 processo, especialmente quanto a digitalização da imagem. Explicado que os Cress que tem uma  
302 estrutura mínima de atendimento e que atende cotidianamente a categoria, sendo possível de ser  
303 operacionalizada a migração e importante que tal definição ocorra em conjunto com os Regionais, de  
304 modo coletivo. Recuperado que no Encontro Nacional deliberou o material de uso e pode ser necessário  
305 mudar esse material, embora não o *layout*, mas ainda não temos uma definição para o qual será migrado.  
306 O tema necessitará de consulta e aprovação em plenária nacional. Informado que emitir o documento  
307 digital junto com o documento de identidade profissional facilitaria o uso do aplicativo da carteira a qual  
308 aguarda, ponto a ser também apreciado em Plenária.  
309 A deliberação do conselho pleno foi aprovação da proposta de descentralização de confecção  
310 do DIP, além de pensar na possibilidade de DIP digital; a apresentação da proposta na Plenária  
311 Nacional do conjunto CFESS-CRESS; aprovado as propostas de apoio financeiro aos Cress, a  
312 depender das demandas apresentadas pelos Regionais; consulta aos Cress a fim de contribuir  
313 com a elaboração de um Plano de Providências para que o Cfess possa avaliar o apoio financeiro  
314 para o desenvolvimento das ações propostas de digitalização do DIP; realização de reunião com  
315 os CRESS em julho de 2021 com o objetivo orientar sobre o DIP; intensificação do diálogo  
316 com a categoria em articulação com a Comissão de Comunicação; reunião com a Comissão de  
317 Comunicação para buscar estratégias de informação à categoria sobre a DIP. B) Proposta de  
318 Projetos especiais para aporte financeiro aos conselhos regionais. Foi apresentada a sugestão sobre a  
319 possibilidade e viabilidade de Projetos especiais para aporte dos Cress para utilização do  
320 provável superávit do Cfess. Destacou-se que o apoio financeiro proposto não trata do aporte  
321 que é solicitado ao Fundo de Apoio, mas é importante para garantir a sustentabilidade de alguns  
322 regionais. a proposta de apoio financeiro para aspectos cotidianos para resolução de problemas  
323 que garantam o pleno funcionamento da estrutura e dos serviços que são oferecidos a categoria  
324 e não de inovação e particularizado em cada Regional. A assessoria contábil, na pessoa de  
325 Vilmar Medeiros, fala da necessidade desses aportes que deve ser precedido de convênio e/ou  
326 projeto e da consequente prestação de contas, assim, ve com bons olhos essa iniciativa que é  
327 viável e fala inclusive de uma política de aporte para os conselheiros menores, como por  
328 exemplo serviços de estrutura, mas que deve ser explicitado na definição do projeto e que é  
329 algo pontual para que haja uma organização de cada Cress. A deliberação do conselho pleno  
330 foi iniciar estudo para o desenvolvimento de proposta de projeto especial de aporte aos Cress,  
331 com vistas ao fortalecimento da função precípua. C) Recomposição da Comissão Gestora do Fundo  
332 (1 conselheira do Cfess). Explicado que a necessidade de recomposição em virtude do futuro  
333 afastamento de duas conselheiras, Dilma Franklin e Priscila Cordeiro, que estão como titulares  
334 da Comissão Gestora do Fundo. Sugerido que a conselheira Carla passe a ser titular e recompor  
335 com duas conselheiras (titular e suplência). Indicadas as conselheiras Francieli Borsato como  
336 titular e Maria Elizabeth Santana Borges como suplente. Deliberação pela recomposição da  
337 comissão; incorporação das conselheiras Francieli Borsato como titular e Maria Elizabeth  
338 Santana Borges como suplente, em substituição às conselheiras Dilma Franklin e Priscila  
339 Cordeiro. D) Recurso Administrativo - Manifestação Jurídica Nº 28/2021-V (Empresa M.M.S Limpeza  
340 em Prédios e em Domicílios Eireli/MACSERV MANUTENÇÃO E SERVIÇOS). Trata-se de recurso

341 de pessoa jurídica. Apresentada manifestação jurídica elaborada por Vitor Alencar sobre o pleito da  
342 profissional. A análise jurídica ratifica a decisão do Cress BA que em primeira instância não julgou  
343 precedente que o teor da demanda não se relaciona com o Serviço Social. Deliberação do conselho pleno  
344 do CFESS foi pela aprovação da Manifestação jurídica e encaminhamento do posicionamento para a  
345 profissional recorrente e também ao referido Regional. E) Informes: 1. GT Voto on-line. Ratificada  
346 a distinção entre o voto online e a Comissão Eleitoral para a Seccional de Campinas. Contudo,  
347 as demandas se relacionam e têm sido tratados no mesmo âmbito. Recupera como tem sido o  
348 processo eleitoral em Campinas, cuja votação iniciará em 22 de junho de 2021, no qual espera-  
349 se o quórum estabelecido, cujo tratamento da base de dados incidiu na redução do número. O  
350 GT do Voto online realizou uma reunião inicial entre as empresas prestadoras de serviços  
351 envolvidas em que foram apresentadas as demandas com plano de ação com definição de um  
352 calendário semanal que serão realizadas até a eleição. Apontado um problema relacionado a  
353 lista de votantes e para sua resolução o Cfess realizou uma reunião extraordinária para tratar  
354 desse assunto com a Infolog (plataforma online), Perfect (auditoria) e Implanta (Sistemas). Fez-  
355 se algumas adequações para a dita “higienização” da base de dados com o suporte do Cress SP,  
356 que contribuiu com o envio da lista de profissionais aptos para votar. Haverá reunião no dia 15  
357 de junho de 2021 para repassar todo o passo-a-passo para o êxito da votação, cujo acesso se  
358 dará por link enviado por e-mail e também por SMS pelo número de celular. Aprendizados do  
359 processo, mas fala que cada vez mais o Cfess tem centralizado processos administrativos como  
360 foram o voto online, o DIP e Sistema Implanta, mas que temos que garantir as particularidades  
361 das expertises entre Cfess e Regionais. 2. CPTransparência. Informam sobre orientação par  
362 aprimoramento das ações em torno da transparência, dentre eles, o cuidado do registro com as  
363 memórias e que esse acúmulo foi apresentado em reunião agendada com o corpo da Diretoria  
364 que compareceu para partilhar os encaminhamentos e ações realizadas, bem como requer as  
365 contribuições e sugestões por parte de cada Comissão. Na sequência, a assessoria de  
366 Comunicação apresentou o fluxo para a alimentação e acompanhamento do Portal da  
367 Transparência, que requer participação de todas as áreas e funcionárias/os do Cfess. Recupera  
368 que foi levada para a CPT uma demanda por mais profissionais nesse processo de  
369 monitoramento, há alguns nomes hoje responsáveis, mas que precisa ser adensando, sobretudo  
370 com esse redesenho e refinamento dos processos. 3. GT Sistemas (cronograma de Treinamento/  
371 Apresentação dos módulos da Sisdoc.net e Processos.net). Informam sobre a realização de  
372 informação enviada por meio da Comunicação Interna 17/2021 de 21/05/2021 a agenda e  
373 designação de participantes nos treinamentos (funcionárias/os) e na apresentação (conselheiras)  
374 dos módulos Sisdoc e Processos. 4. Projeto CFESS na Estrada. Informam sobre a reunião  
375 realizada no dia 30/04/21 para avaliação do projeto “Cfess na Estrada”. Avaliam que na  
376 modalidade virtual o projeto seria desconfigurado. Foi discutida a viabilidade de desenvolver  
377 um outro projeto também com o objetivo de orientação, porém com uma configuração diferente  
378 e adaptada para o meio remoto, com novos critérios e carga-horária. Foi indicado atualizar os  
379 materiais para subsidiar as novas gestões dos regionais. O encaminhamento foi a apresentação,  
380 em data a ser definida, de projeto de orientação aos CRESS para o período em que perdurar a  
381 Pandemia. O ponto de pauta seguinte se refere ao Conselho Fiscal. Realizada a leitura e  
382 explicação dos pareceres conforme seguem expostos: **PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
383 **CFESS Nº 012/2021**, de abril de 2021, sendo considerado as informações contidas no Relatório  
384 Contábil CFESS nº 05/2021, emitido pela assessoria contábil desta autarquia, assim, o Conselho  
385 Fiscal do CFESS, em reunião realizada por meio de ambiente virtual, manifesta-se favorável à  
386 aprovação do balancete CFESS referente ao período de 01/01/2021 a 30/04/2021. Em relação  
387 as contas do Cfess também foi apresentado o **PARECER DO CONSELHO FISCAL CFESS**  
388 **Nº 015/2021 que foi subsidiado pelas** informações contidas no Relatório Contábil CFESS nº  
389 06/2021, assim, em reunião realizada por meio de ambiente virtual, manifestou-se favorável à

390 aprovação do balancete CFESS referente ao período de 01/01/2021 a 31/05/2021 (maio de  
391 2021). Na sequência, o Conselho Fiscal do CFESS, após exame das peças e considerando os  
392 relatórios da assessoria contábil desta entidade, apresenta o **PARECER DO CONSELHO**  
393 **FISCAL CFESS Nº 013/2021, onde** se manifestou favoravelmente à aprovação dos balancetes  
394 do 4ª trimestre dos seguintes Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS: CRESS 13ª –  
395 PB: Relatório Contábil nº 37/2021; CRESS 16ª-AL: Relatório Contábil nº 31/2021; CRESS 17ª  
396 – ES: Informação Contábil nº 03/2021; e CRESS 25ª – TO: Relatório Contábil nº 30/2021. Do  
397 mesmo modo, apresentou o **PARECER DO CONSELHO FISCAL CFESS Nº 014/2021,**  
398 **onde** posicionou manifestação favorável a aprovação dos balancetes do 1ª trimestre de 2021,  
399 dos seguintes Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS: CRESS 1ª – PA: Relatório  
400 Contábil nº 39/2021; CRESS 2ª – MA: Informação Contábil nº 05/2021; CRESS 3ª- CE:  
401 Relatório Contábil nº 38/2021; CRESS 5ª – BA: Relatório Contábil nº 34/2021; CRESS 6ª –  
402 MG: Relatório Contábil nº 32/2021; CRESS 7ª – RJ: Relatório Contábil nº 35/2021; CRESS  
403 12ª – SC: Relatório Contábil nº 40/2021; CRESS 19ª – GO: Relatório Contábil nº 42/2021;  
404 CRESS 20ª – MT: Informação Contábil nº 04/2021 e CRESS 23ª – RO: Relatório Contábil nº  
405 36/2021. Feitas todas as explicações devidas, o Conselho Pleno aprovou todos os pareceres  
406 aprovados pelo Conselho Fiscal. **Encaminhamentos:** publicação no site do Cfess.  
407 O ponto seguinte foi a Comissão de Orientação e Fiscalização. a) Informe sobre o recebimento  
408 do Ofício nº 36/2021 do Cress-Ba, que solicita análise da Cofi/ Cfess em relação à situação  
409 identificada pela Cofi naquela jurisdição que reportam dúvidas quanto à possibilidade dos/as  
410 Assistentes Sociais atuarem de forma autônoma, considerando o caráter de profissional liberal  
411 do/a Assistente Social. A consulta versa especialmente sobre a oferta de serviços/ atendimentos  
412 de forma autônoma à população, através de escritórios próprios ou mesmo vinculados às  
413 instituições, como clínicas sociais, por exemplo, sem vínculos empregatícios com as mesmas.  
414 Debatido o conteúdo da consulta. Deliberação de resposta ao ofício; aprofundamento do debate  
415 no âmbito da Comissão de orientação e fiscalização do CFESS; avaliar possibilidade de  
416 discussão em plenária nacional. B) Acordo Técnico de Cooperação com Ministério Público do  
417 Trabalho (MPT) - Parecer Jurídico 03/2021 – E. Informada a reunião ocorrida entre as  
418 comissões de orientação e fiscalização e de formação profissional, que analisaram o Parecer  
419 Jurídico nº 03/2021 de lavra da assessora Erika Medeiros, conforme encaminhamento do  
420 Conselho Pleno de abril de 2021. O referido Parecer tratou do Acordo de Cooperação Técnica  
421 com o MPT sobre o tema de estágios. Explicado que o MPT introduziu algumas alterações para  
422 a renovação do Termo, sendo que algumas dessas alterações não foram acatadas pelo Cfess.  
423 Foi encaminhado de Ofício ao MPT apontando as divergências e solicitando a manutenção  
424 dos termos anteriores. A deliberação do conselho pleno do CFESS foi por acatar o parecer  
425 jurídico 03/2021 – E. Fica aprovada a renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre o  
426 Cfess e o MPT caso sejam incorporadas as sugestões do Cfess para manutenção das cláusulas  
427 anteriores. C) Reunião com a ASSPI- Brasil. Informado convite da Associação de Assistentes  
428 Sociais e Psicólogos dos TJs – Brasil, que solicitou agenda com o Cfess para tratar sobre Estágio  
429 de Pós-Graduação no SS, modalidade que vem implementada em órgãos do sistema de justiça  
430 e que vem sendo questionado. No momento está em elaboração um Parecer Jurídico a ser  
431 debatido no conselho pleno do CFESS. A deliberação foi pela participação em reunião com a  
432 AASPI para 17/6, às 16h com a participação das conselheiras Maria, Carla, Ruth e assessoras  
433 Érika e Cristina. D) Parecer Jurídico sobre estágio de Pós-Graduação. Informado que se  
434 encontra em elaboração Parecer Jurídico sobre o tema, elencados os elementos para análise e  
435 enfatizado que a discussão foi iniciada em 2018, incluindo fiscalização por parte dos CRESS.  
436 A Cofi/ Cfess produziu o levantamento das informações e sistematizou os achados. Na ocasião  
437 também fora identificada uma ação judicial que tramitava no STF, ainda sem julgamento, que  
438 questionava a pertinência dessa modalidade nos cursos de Direito. Os elementos levantados até

439 então indicam que se trata de trabalho e não de formação, elementos que devem ser  
440 aprofundados do ponto de vista da regulamentação da profissão, assim como do ponto de vista  
441 político e jurídico. A deliberação do conselho pleno foi concluir a elaboração do Parecer  
442 Jurídico; incluir a discussão do tema como ponto de pauta da reunião com a Abepss, responder  
443 à consulta do TJ-BA com os elementos até então discutidos. O ponto seguinte se relaciona à  
444 Comissão de Ética e Direitos Humanos. A) Projeto de apoio aos Cress. Informado sobre o  
445 debate com os Cress em relação à retomada da tramitação de processos éticos por meio remoto,  
446 sendo identificadas dificuldades operacionais para adaptação ao meio remoto; os processos até  
447 então tramitam em meio físico o que exigirá a organização de toda uma infraestrutura  
448 necessária, a exemplo da digitalização aos processos; contratação de plataformas confiáveis.  
449 Explicitada compreensão de que é preciso estruturar os Cress para a retomada a partir de  
450 outubro, data prevista na Resolução que dispôs sobre a retomada da tramitação dos processos  
451 éticos nos regionais. A Comissão indica a possibilidade de o Cress repassar apoio financeiro,  
452 destinado à estruturação dos Regionais, sendo indicado que os recursos poderão ser deslocados  
453 do projeto Ética em Movimento, suspenso para 2021. A deliberação foi pela aprovação da  
454 proposta do apoio financeiro; encaminhamento das providências necessárias por parte da  
455 Comissão; envio e ofícios aos Cress, consultando quais os recursos necessários à adequação  
456 necessária; realização de estudos e apresentação de propostas da CEDH no próximo Pleno. B)  
457 Recomposição da comissão para o seminário criança e adolescente. Informada a necessidade  
458 de recomposição em função do afastamento de conselheiras/o Agnaldo Knevitiz, Daniela Möller  
459 e Dilma Franclin. A deliberação foi pela aprovação da recomposição; Conselheira Kelly assume  
460 a titularidade, conselheiras Mauricleia Soares e Elaine Pelaez se inserem na comissão; atuação  
461 das assessoras Adriane e Zenite na Comissão; inserção de um funcionário administrativo a ser  
462 indicado posteriormente; envio de  
463 ofício ao Cress 11ª Região/PR, solicitando indicação de dois conselheiros/as e um suplente para  
464 compor a comissão organizadora; Emissão de Portaria com a composição da comissão  
465 organizadora. C) PARECER JURÍDICO nº 22/21. ASSUNTO: Oposição ao Julgamento Virtual  
466 do Recurso Ético CFESS nº 06/20 - Alegação de desconhecimento de denúncia e do processo.  
467 Deliberação: Acatado o Parecer. Encaminhar cópia ao CRESS da 6ª Região, as denunciantes, a  
468 denunciada Nayara Leão Machado e sua patrona constituída. D) Parecer Jurídico 26/21.  
469 Assunto: Questionamento sobre o critério de designação do CRESS desaforado – Denúncia  
470 Ética CFESS nº 01/21 de origem do CRESS da 5ª Região (BA) desaforada para a jurisdição do  
471 CRESS da 17ª Região (ES). Deliberação: Encaminhamento: Acatado o Parecer. Encaminhar ao  
472 Cress –ES e ao Cress-BA. E) Parecer Jurídico 27/21. Assunto: Desaforamento CFESS nº 03/21  
473 de denúncia protocolizada diretamente no CFESS. Impedimento do CRESS processar e julgar  
474 a denúncia – Impossibilidade do processamento da denúncia pelo CFESS, tendo em vista que  
475 é de sua atribuição legal funcionar como instância recursal. Deliberação: Acatado o Parecer.  
476 Determinar o desaforamento para o CRESS da 17ª Região (ES), onde já se encontra outra  
477 denúncia em processamento contra a mesma profissional denunciada. Encaminhar cópia ao  
478 denunciante, à denunciada e ao CRESS-BA. F) Parecer Jurídico 28/2. Assunto: Pedido de  
479 Desaforamento CFESS nº 04/21 de denúncia protocolado perante o CRESS da 21ª Região -  
480 Arguição de impedimento do CRESS processar e julgar a denúncia. Deliberação: Acatado o  
481 Parecer. Determinar o desaforamento para o CRESS da 20ª Região/ MT. Encaminhar ao  
482 CRESS-21ª/MS e ao CRESS- 20ª/ MT. G) Parecer Jurídico 29/21. Assunto: Pedido de  
483 Desaforamento CFESS nº 05/21 de denúncia protocolizada perante o CRESS da 21ª Região –  
484 Arguição de impedimento do CRESS processar e julgar a denúncia. Deliberação: Acatado o  
485 Parecer. Determinar o desaforamento para o CRESS da 20ª Região/ MT. Encaminhar ao  
486 CRESS-21ª/MS e ao CRESS- 20ª/ MT. O ponto a seguir foi a Comissão de Formação  
487 Profissional. A) Fórum Nacional de Formação e Trabalho com qualidade em Serviço Social.

488 Informado que as duas últimas reuniões do Fórum foram canceladas. A próxima ocorrerá em  
489 18/6. B) Residências em Saúde: apresentação do e-book da CTEIPCS. Câmara Técnica de  
490 Estudos Integrados sobre Participação e Controle Social (CTEIPCS/CNS) apresenta a  
491 publicação de e-book da CTEIPCS, contendo pesquisas relacionadas a 14 eixos, dentre os quais  
492 o eixo da Residência. A representação do Cfess no CNS está participando da organização do  
493 eixo da Residência. C) 3ª Reunião da Coordenação Nacional de Entidades em defesa da  
494 Educação Pública e gratuita (Conedep) e Encontro Nacional em Defesa da Educação (ENE).  
495 Reunião da Conedep e Encontro Nacional em Defesa da Educação. Sobre o 4º ENE, a discussão  
496 indicou o seu cancelamento na modalidade presencial. Indicativo de elaboração de um texto  
497 com as justificativas, resgate dos conteúdos e encaminhamentos dos encontros anteriores e  
498 organização de jornada de lutas, com plenárias estaduais e uma plenária nacional no segundo  
499 semestre. Encaminhamento de levar a discussão desse ponto para a reunião com a Abepss. D)  
500 Divulgação do texto sobre Supervisão. Informado que divulgação do texto Supervisão de  
501 Estágio em Tempo de Pandemia: reflexões e orientações político-normativas no site do Cfess e  
502 nas redes sociais (facebook, instagram) já está em curso. E) Reunião com Abepss. Informada  
503 previsão de ocorrer reunião em 24 de junho de 2021 e a pauta sugerida: Conedep; Estágio pós-  
504 graduação; Criação do curso de serviço social na UEMS; serviço social na Educação. A pauta  
505 seguinte foi a Comissão de Relações Internacionais. A) Informada a análise do documento  
506 produzido pelo grupo sobre a participação do CFESS nas relações internacionais e a data da  
507 reunião, 23 de junho de 2021. Deliberação de construir matéria sobre a participação do Cfess  
508 nas RI. B) Processo eleitoral FITS. Informe do processo eleitoral para representação do Cfess  
509 na Fits/ALC. A atual representante do Cfess não pretende continuar na representação, mas  
510 entende que é importante a permanência do Cfess, em virtude do referencial de SS crítico.  
511 Indicada a realização de diálogo com a presidenta da Fits, Silvana Martinez. A próxima pauta  
512 se refere a Comissão de Seguridade Social. A) Conselho Nacional de Saúde e Fórum Nacional  
513 de Entidades de Trabalhadores da Saúde - FENTAS. Informadas discussões e proximidade das  
514 Eleições do CNS 2021, que será pauta de discussão no FENTAS. A deliberação foi pela  
515 indicação da conselheira Ruth Bittencourt para a comissão eleitoral do CNS, como uma das  
516 representantes do segmento de profissionais de saúde. Informada realização de reunião da Mesa  
517 Diretora do CNS com Ministro da Saúde. A representação do CFESS destacou a pauta das  
518 vacinas, com a defesa de Vacina já para todas as pessoas no SUS, aceleração da vacinação,  
519 compra de maior quantidade de doses e atenção aos segmentos da sociedade com maior  
520 dificuldade de acesso e concretização do direito à vacina. Outros pontos foram debatidos na  
521 reunião, como: controle social e relatório da 16ª (8ª+8), Defesa do SUS e setor público;  
522 flexibilização/quebra das patentes, kit intubação e contra o tratamento precoce; financiamento  
523 (EC 95, R\$168,7 bi em 2021; PAS); necessidade de coordenação nacional do enfrentamento à  
524 pandemia em articulação com estados e municípios. B) Eleições Conanda. Informado que a  
525 Assembleia Eleitoral do CONANDA ocorreu em 27/05/2021 com a participação de Magali e  
526 Agnaldo (eleitor/a titular e suplente). O CFESS foi eleito como entidade para titularidade. A  
527 indicação de Magali Regis como conselheira titular representante do CFESS no CONANDA  
528 ocorreu dia 02/06/2021, após debates na comissão de seguridade social e por e-mail que  
529 apontaram a indicação de Magali por maioria. Registrados agradecimentos a Magali e Agnaldo,  
530 enviados por ofício. E agradecimento a Sandra Sampe, Zenite Bodega e Dacia Teles pelo  
531 acompanhamento. A deliberação do conselho pleno do CFESS foi referendar a indicação da  
532 assistente social Magali Regis Franz como conselheira titular representante do CFESS no  
533 CONANDA. Diálogo constante com as representações e encaminhamento de memórias das  
534 reuniões do Cfess para conhecimento das representações. C) Benefício de Prestação continuada  
535 BPC, Medida Provisória - MP 1023/20 e Projeto de Lei de Conversão - PLV 10/21- ações  
536 políticas. Informado que em 28/05/2021, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei de

537 Conversão (PLV) nº 10/2021, derivado da Medida Provisória nº 1023/2020, que altera a Lei nº  
538 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e trata do critério de renda para fins de  
539 acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Explicado que o texto final do PLV, que  
540 segue para sanção do presidente da República, estabelece: condicionantes e parâmetros  
541 excludentes e limitadores para flexibilização de teto de renda per capita, que se enquadre entre  
542 igual ou maior que 1/4 e menor ou igual a meio salário-mínimo; alterações referentes ao atual  
543 modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência, utilizado no processo de  
544 reconhecimento de direito ao BPC. Além disso, verifica-se ingerência em atribuições privativas  
545 de assistentes sociais, com relação ao processo de avaliação para acesso ao benefício. A  
546 interferência na atribuição profissional de avaliação social é inadmissível, especialmente  
547 porque tem impactos negativos na qualidade dos serviços prestados e no acesso aos benefícios  
548 e direitos de usuários/os. Explicitadas as ações e linha política pensada inicialmente: 1. dar  
549 continuidade às análises sobre questões jurídicas e técnicas sobre a avaliação social; 2. focar  
550 desmonte da política, retrocesso no modelo de avaliação e restrição de direito, colocando a  
551 teleavaliação nesse contexto; 3. Elaboração de nota ou documento curto e objetivo sobre a  
552 questão, colocar nossa posição e auxiliar nos diálogos externos; 4. Realizar ampla divulgação  
553 da nota, junto a movimentos, entidades, fóruns/frentes/conselhos e CRESS. Levar esta pauta  
554 aos espaços de representação do CFESS em conselhos, fóruns e frentes; dialogar com  
555 FENASPS, Comissão Nacional de Assistentes Sociais, mandatos parlamentares, assistentes  
556 sociais de referência na pauta do INSS, movimentos, entidades de pessoas com deficiência,  
557 Ministério Público do Trabalho; contribuir nas ações pensadas na COFI, como na Audiência  
558 Pública agendada na Câmara Federal, em debates sobre autonomia profissional e teleavaliação;  
559 avaliar estratégias, como Ação Direta de Inconstitucionalidade e outras. Encaminhamentos de  
560 diversas reuniões de articulação e incidências, com a representação das conselheiras Elaine  
561 Pelaez, Maria Rocha, Lylia Rojas e Alessandra Dias nestas atividades. D) Assistência Social –  
562 Ações para Conferência Nacional. Realizados informes sobre envio de ofícios aos CRESS com  
563 informe do processo conferencial; criação de grupo de whatsapp com os regionais ainda em  
564 processo e não concretizada; apresentada novamente proposta de atividades mobilizadoras para  
565 a Conferência. A Comissão considerou a importância de retomar esta pauta para alinhar a  
566 proposta, em virtude das diversas proposições recebidas por e-mail. A deliberação foi a  
567 aprovação do formato e dos convidados para os debates ao vivo – “lives”, vídeos e textos; E)  
568 Representações – necessidade de recomposição. Indicada a assistente social Marta Aragão  
569 como representante do CFESS no FNTSUAS, em substituição ao conselheiro Agnaldo Knevitcz.  
570 A deliberação do pleno foi pela aprovação da indicação e encaminhamento do convite. F)  
571 Telessaúde. Informado que o Cfess recebeu convite da Associação Brasileira de Telemedicina  
572 e Telessaude ABTms, para reunião com a Frente Parlamentar Mista de Telessaude (presidida  
573 pela deputada Adriana Ventura- Novo/SP) para debater o futuro da telessaude no Brasil e quais  
574 as recomendações podem sugerir para inserção em nova legislação e nas políticas públicas para  
575 melhor atender ao SUS”, dia 14/0621. A deliberação foi: Encaminhar ofício sobre essa pauta  
576 para conhecimento do CNS, FENTAS e FCFAS; responder com ofício com justificativa de  
577 ausência e indicação de que convidem CNS, haja vista função de discussão e deliberação sobre  
578 políticas de saúde; Discussão sobre as repercussões para o trabalho profissional através da  
579 COFI. Ponto de pauta encerrado às 20:30, com o encaminhamento do item Lei da Educação –  
580 Observatório para dia seguinte, em virtude do horário. No dia 13 de junho de 2021 o conselho  
581 pleno teve início às 10 horas. Tratou-se da pauta da Lei da Educação – Observatório. Foram  
582 realizados informes das ações da Coordenação Nacional e trazidos elementos sobre a proposta  
583 de organização do Observatório da Lei da Educação, conforme proposta encaminhada por e-  
584 mail pela conselheira Kenia Figueiredo. Explicitada a necessidade de contratação de uma  
585 profissional com um perfil voltado para pesquisa, que tenha facilidade em alimentar bancos de

586 dados, lidar com site e familiaridade com o tema da lei 13935, não necessariamente assistente  
587 social; trata-se de ação que busca articular experiências de produção e ser referência para quem  
588 trabalha na educação básica. A forma de seleção e contratação atenderia as possibilidades do  
589 conselho/autarquia, em diálogo com assessoria jurídica e diretoria executiva. A deliberação do  
590 criar um grupo com representações das 3 comissões que acompanham a pauta - formação  
591 profissional, seguridade social e cofi, para delimitar o perfil profissional; complementar o  
592 projeto com justificativa, objetivos e perfil; organização de um grupo pra pensar os termos da  
593 contratação de profissional, composto por Kenia, Eunice, Dacia, Lucas e assessor Vitor;  
594 aprovada a criação do Observatório da Lei da Educação e a contratação de profissional com um  
595 perfil voltado para pesquisa, que tenha facilidade em alimentar bancos de dados, lidar com site  
596 e ter familiaridade com o tema da lei 13935/2019. Em seguida foram tratados os pontos de pauta  
597 relacionados à Diretoria Executiva. Como há previsão na pauta o debate do Acordo Coletivo  
598 do Trabalho (ACT) 2021-2022 foi definida alteração na ordem dos pontos, pois não contará  
599 com a presença de funcionárias no momento. A) Convites. Foi iniciado o debate sobre o aceite  
600 do Cfess aos convites com definição de parametros para aceite, assim, quando da chegada é  
601 possível responder uma parte deles com a recusa e informação da impossibilidade e demais  
602 remeter para apreciação. Para os aceites, cabem as conselheiras considerar os seguintes  
603 parâmetros: a) Estar vinculadas as nossas prioridades e princípios; b) abrangência nacional; c)  
604 necessidade de articulações/fortalecimento político; e) Apoio/fortalecimento dos CRESS.  
605 Também foi indicado que quando há prévio contato com determinada conselheira, que quando  
606 da formalização que já venha nomeado com a diretora que foi previamente convidada. Outro  
607 encaminhamento se refere a antecedência com que recebemos os convites, assim, aqueles que  
608 chegarem com três dias prévias a data do evento, que serão recusados caso não venha com nome  
609 de referência para prévio contato. B) Revisão do calendário de reuniões do conselho pleno. A  
610 deliberação do conselho pleno foi a aprovação da alteração das datas dos plenos e calendário  
611 de análise dos balancetes, conforme a seguir: Mês de referência dos Balancetes: junho; Plenos  
612 agendados: não agendado; prazo da ata: 10/08; Prazo do conselho fiscal: 24/06; proposta de  
613 pleno: 24/07. Mês de referência dos Balancetes: julho; Plenos agendados: 12 a 15/08; prazo da  
614 ata: 10/08; Prazo do conselho fiscal: 19/08; proposta de pleno: 19 a 22/08. Mês de referência  
615 dos Balancetes: agosto; Plenos agendados: 02 a 05/09; prazo da ata: 10/09; Prazo do conselho  
616 fiscal: 17/09; proposta de pleno: 17 a 19/09. Mês de referência dos Balancetes: setembro; Plenos  
617 agendados: 28 a 31/10; prazo da ata: 10/10; Prazo do conselho fiscal: 28/10; proposta de pleno:  
618 28 a 31/10. Mês de referência dos Balancetes: outubro; Plenos agendados: 18 a 21/11; prazo da  
619 ata: 10/11; Prazo do conselho fiscal: 28/11; proposta de pleno: 18 a 21/11. Mês de referência  
620 dos Balancetes: novembro; Plenos agendados: 09 a 12/12; prazo da ata: 10/12; Prazo do  
621 conselho fiscal: 16/12; proposta de pleno: 16 a 19/12. C) Ressarcimento de algumas despesas  
622 de conselheiras. De acordo com a Resolução 446/2003, a tesouraria propõe uma organização  
623 de fluxo para solicitação de ressarcimento de despesas de conselheiras por ocasião de atividades  
624 do Cfess ou de sua representação. Trata-se de itens que não estão previstos na resolução de  
625 ressarcimentos, mas considerando o momento da pandemia que envolve infraestrutura  
626 relacionados as TICs, como pagamentos de wifi, conserto de computadores. Desse modo, foi  
627 apresentada a proposta de instrumento de solicitação de ressarcimento adequado ao momento  
628 da pandemia. As possibilidades de ressarcimento são as descritas a seguir: 1. as despesas com  
629 alimentação e traslados a serviço do CFESS poderão ser ressarcidas no valor diário de até R\$  
630 140,00 (cento e quarenta reais) - o pedido de ressarcimento deverá ser acompanhado de recibo,  
631 cupom ou nota fiscal. 2. As despesas oriundas de utilização de internet e de telefone celular  
632 poderão ser ressarcidas no valor mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) - o pedido de  
633 ressarcimento deverá ser acompanhado por conta com a devida marcação e justificativa. 3. As  
634 despesas oriundas de consertos de computadores e demais equipamentos que estiverem sendo

635 utilizados para participação de reuniões do CFESS, poderão ser ressarcidos mediante  
636 apreciação e deliberação do Conselho Pleno do Cfess - o pedido deverá vir acompanhado de  
637 justificativa e de nota fiscal. A deliberação foi pela aprovação do fluxo proposto. Sobre o item  
638 1 e 2, as tesoureiras verificarão com Vitor sobre a periodicidade e o valor (diário ou mensal).  
639 Sobre o item 3 as conselheiras verificarão com Vitor sobre o teto do valor do pedido de  
640 ressarcimento de consertos diversos. As tesoureiras verificarão os fluxos e os formulários e  
641 enviarão uma Comunicação interna. C) Atualização cartão CNPJ do Cfess. Foi explicada a  
642 necessidade de aprovação sobre a alteração do endereço do Cfess. A deliberação foi: aprovada,  
643 pelo Conselho Pleno, a alteração do endereço fiscal do CFESS para a SHS Quadra 06 Bloco E  
644 – Complexo Brasil 21 – 20ª. Andar, Cep: 70.322 – 915 – Brasília – DF para alteração dos dados  
645 junto à Receita Federal; enviar o extrato da ata do pleno com a assinatura da presidente e  
646 registrada em cartório e, posterior, envio para a ATA CONTABILIDADE que providenciará a  
647 alteração junto à Receita Federal. D) Comissão Organizadora da Plenária Nacional. A comissão  
648 organizadora da Plenária Nacional, apresentou uma proposta de metodologia para a realização  
649 da Plenária Nacional e do instrumental/formulário a ser enviadas aos Cress, conforme  
650 documento anexo. A deliberação do conselho pleno foi a aprovação da estrutura apresentada de  
651 metodologia para a realização da Plenária Nacional e do instrumental a ser enviado aos Cress;  
652 enviar a proposta para as comissões sobre a metodologia da Plenária Nacional para avaliarem  
653 e proporem suas sugestões, com devolutiva até o dia 24/07 ou por e-mail, a depender da  
654 alteração do calendário proposto pela comissão organizadora; indicar a alteração do Calendário  
655 apresentado, conforme indicação do pleno e enviar para as comissões; estudar tecnologias  
656 participativas de forma remota, como por exemplo, o “*mentimeet*”, para avaliação da atividade  
657 e *PADLET* que cria o mural interativo no grupo. E) Comissão Organizadora do CBAS. Foram  
658 realizados informes sobre a última reunião ocorrida com CFESS, Abepss e Enesso, tendo a  
659 presença da empresa Alvo Eventos. São debates a serem aprofundados pelas entidades. A  
660 deliberação foi que a Comissão Organizadora deve avaliar a utilização dos recursos financeiros  
661 existentes no Fundo CBAS (saldo positivo de eventos anteriores); o CFESS avaliará  
662 possibilidade de aporte financeiro do seu orçamento para o evento (viabilidade financeira e  
663 jurídica) e a proposta de data, considerando a realização das eleições gerais e do Encontro  
664 Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, que ocorre no mesmo ano. A próxima  
665 reunião ocorrerá em 22/06 às 18h. F) Solicitação de licenças e reordenamento da gestão. A  
666 Secretaria informou o recebimento de solicitação de afastamento temporário das conselheiras  
667 Dilma Franclin, por 90 dias, e Daniela Möller por 120 dias, por motivo de saúde. A deliberação  
668 foi a aprovação das solicitações. Como afastamento da conselheira Daniela Möller (2ª  
669 secretária) a conselheira Elaine Pelaez, 1ª suplente, assume o cargo temporariamente. Com o  
670 afastamento da conselheira Dilma Franklin (suplente) será feito o reordenamento das  
671 suplências. G) Avaliação do Código Eleitoral. Foi apontado que as alterações a serem  
672 introduzidas no Código Eleitoral necessitam de discussão do Conjunto Cfess/ Cress, sendo o  
673 espaço deliberativo o Encontro Nacional, que excepcionalmente não ocorrerá neste ano. É  
674 necessário estudar as possibilidades, tendo em vista que as alterações precisam ser introduzidas  
675 no ano anterior à realização das eleições (2023). O GT composto por Ruth, Carla, Vitor e  
676 Adriane está elaborando a avaliação do processo eleitoral 2020-2023, com vistas ao  
677 aprimoramento normativo e operacional. É lembrado sobre a discussão sobre a instituição de  
678 cotas na formação das chapas; a conselheira Mauricleia se coloca à disposição para compor o  
679 GT e contribuir na discussão. H) Acordo Coletivo Trabalho 2021-2022 (ACT). Na proposta  
680 2021 há cláusulas econômicas que se referem a recompor possíveis perdas inflacionárias e  
681 crises econômicas e, tradicionalmente, são pontos de partidas na proposição do ACT;  
682 instauração de Sindicância para prévia apuração de situações que podem culminar numa  
683 demissão; pagamento auxílio teletrabalho e negociação da retirada do abono salarial devido a

684 sua natureza. Cumpre informar que a negociação se dará por meio de mesa com representantes  
685 da diretoria e do corpo de trabalhadores com representação também do Sindicato. Com isso,  
686 Elizabeth Santana Borges teceu as considerações finais e, não havendo mais o que tratar, deu a  
687 mesma por encerrada às dezenove horas e vinte minutos (19h20) com agradecimento a  
688 participação e qualidade dos debates realizados ao longo da jornada de quatro dias. Nada mais  
689 havendo a tratar, eu, Elaine Junger Pelaez, lavrei a presente ata, que assino em conjunto com a  
690 Presidenta do Conselho.

691 Brasília, 13 de junho de 2021.

692  
693

**Maria Elizabeth Santana Borges**  
Presidente

**Elaine Junger Pelaez**  
2ª Secretária